

CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014: UMA ANÁLISE HETERODOXA

Linnit Pessoa¹

RESUMO Apesar do cenário externo ser relevante ao analisar o desempenho da economia, não é possível explicar a recessão econômica brasileira de 2014 a partir somente dos fatores externos, pois os fatores internos são demasiadamente importantes e não podem ser desconsiderados; dessa forma, esse artigo se propõe a realizar uma análise sobre os motivos que levaram o Brasil à maior recessão econômica de sua história a partir das óticas marxista e keynesiana, apresentando tanto os fatores externos, como o desequilíbrio externo e a falta de competitividade da indústria brasileira, as políticas cambiais que visavam a desvalorização do real e a queda da exportação; quanto os fatores internos, como a precarização do mercado de trabalho, a queda da renda das famílias e a redução do consumo e dos investimentos públicos. A partir dessas análises, é possível observar o percurso da economia brasileira, caminhando para a recessão; e o impacto que a mudança do governo para uma agenda neoliberal intensa teve, principalmente, sobre as classes de renda mais baixas.

PALAVRA-CHAVE: Crise econômica de 2014; Economia brasileira; Marxismo; Keynesianismo; Precarização do trabalho.

ABSTRACT Despite the external scenario be relevant to analyze the performance of the economy, it's not possible to explain the 2014's economic recession only from external factors, because the intern factors are too important and cannot be disregarded; in this way, this article proposes an analysis of the reasons that led Brazil to the greatest economic recession in its history from the Marxian and Keynesian perspective, showing both external factors, such as the external imbalance and the lack of competitiveness of Brazilian industry, exchange rate policies aimed at the devaluation of the Brazilian real and the fall of export; as the internal factors, such as insecurity in the labor market, the fall in household income and the reduction of both consumption and public investment. From these analyses, it's possible to observe the path of the Brazilian economy, heading into the recession; and the impact that the change of Government to an intense neoliberal agenda had, mainly, on the lower income classes.

KEYWORDS: 2014's economic crises; Brazilian economy; Marxism; Keynesianism; *Precarização do trabalho.*

¹Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda em Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: linnitpessoa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com a proposta de promover mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de oposição à Ditadura Militar fundaram em 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT). Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro Presidente da República eleito pelo PT, concedeu ao partido o direito de pela primeira vez comandar o Executivo brasileiro, em 2003. De acordo com Marquetti *et al* (2016), dois pontos foram determinantes para essa conquista: a incapacidade das políticas econômicas baseadas no Consenso de Washington de produzir crescimento econômico e gerar empregos e a disposição apresentada pelo partido de realizar um governo de coalizão entre diferentes setores sociais. Em 2002, com a divulgação da Carta aos Brasileiros, Lula demonstrava suas intenções em combinar elementos de políticas neoliberais e desenvolvimentistas.

De acordo com Marquetti *et al* (2016), “a resposta ao ataque especulativo e a crescente demanda internacional por *commodities*” que aconteceu após a primeira vitória de Lula, em 2002, “abriram a possibilidade para a adoção de uma política de estímulo ao crescimento e de redistribuição de renda”, possibilitando a consolidação de diversos programas sociais visando a redistribuição de renda – como o Bolsa Família –, além do expressivo aumento real do salário mínimo – durante os anos 2004 e 2005 – e da obtenção de superávits primários (MARQUETTI, HOFF, MIEBACH, 2016, p. 7-8). Para Braga (2016), a eleição de Lula em 2002 marcou o momento em que, teoricamente, o movimento trabalhista poderia finalmente readquirir suas forças e enfrentar as empresas em benefícios dos trabalhadores, devido à conquista do governo federal – apesar de, como será apresentado adiante, o observado ter sido diferente.

Carvalho (2018) acredita que o cenário externo fez toda diferença no desempenho da economia durante o período que a autora chama de “Milagrinho”², devido à condição internacional favorável e à crescente demanda de *commodities* pela China, resultando em um aumento da taxa de crescimento e queda no desemprego – que contribuiu na sua reeleição, em 2006. Entretanto, a autora atribui as políticas redistributivas e os investimentos públicos em infraestrutura física e social como fundamentais a esse processo, em que a “sorte” não é suficiente pra explicar o tipo e a qualidade do crescimento observado no período.

Para Rugitsky (2016) esse padrão de crescimento econômico apresenta diversos limites que, cedo ou tarde, colocariam em risco sua continuidade.

Ele tende, por exemplo, a pressionar a inflação de alguns serviços cujos custos são muito influenciados pelos salários dos trabalhadores menos qualificados. Além disso, ele implica em uma regressão da estrutura produtiva, com redução da participação percentual dos setores tecnologicamente mais sofisticados. Combinados, os dois fenômenos fragilizam a inserção do Brasil na economia internacional, tendendo a pressionar as transações correntes no curto prazo e, mais estruturalmente, a agravar a vulnerabilidade externa. (RUGITSKY, 2016, p. 5)

²Período que compreende os anos 2006-2010.

O esfriamento do ciclo 2003-2010 impunha a busca de um novo modelo de crescimento. A decisão consistiu em uma diversificação da base produtiva, financiada principalmente pelo investimento autônomo, apoiado direta ou indiretamente por ações do Estado, afim de garantir o financiamento – e a rentabilidade – do setor privado. A questão é: que tipo de arranjo político demandaria esse novo modelo? Para Carneiro (2017), certamente não aquele da ampla conciliação das classes, que foi observado durante os governos Lula.

A proposta apresentada para impulsionar o crescimento econômico foi chamada de “nova matriz macroeconômica”, e consistia em uma combinação de dois pontos principais: a depreciação da taxa nominal de câmbio e redução da taxa básica de juros. De fato, a nova matriz conseguiu produzir uma aceleração do ritmo de crescimento econômico. Entretanto, a aceleração promovida foi temporária, e no segundo trimestre de 2014 o modelo já entra em colapso. De acordo com Oreiro (2017), a partir desse período o país passa a enfrentar uma recessão com a mais profunda e duradoura queda do nível de atividade econômica desde o fim da Segunda Guerra Mundial – e a política ortodoxa adotada em 2015 foi uma péssima escolha para enfrentá-la.

Rossi e Mello (2017), que acreditam que todas as grandes crises que aconteceram carregam diversos motivos e explicações, afirmam que sempre há um fator decisivo que caracteriza e diferencia as crises entre si ao longo do ciclo econômico. “A crise dos anos 1930 foi detonada pela crise internacional, a crise dos anos 1980 explica-se pela dívida externa brasileira, nos 1990 o confisco das poupanças foi a principal razão para a gravidade da crise. Já a principal causa da crise atual foi o choque recessivo de 2015” (ROSSI, MELLO, 2017, p.2).

Tendo como hipótese a incapacidade de se explicar a recessão econômica verificada na economia brasileira após o último trimestre de 2014 através somente de fatores externos, esse artigo se propõe a apresentar os fatores internos que resultaram na recessão que a economia brasileira se encontra e mostrar sua importância ao analisar o caminho da crise. Para tal, primeiramente serão apresentadas as consequências da política econômica adotada durante o período de crescimento do país, que contribuíram para eclosão da crise; e em seguida será apresentado o caminho da crise, com os acontecimentos econômicos no período de desaceleração e suas consequências durante a recessão.

AS RAÍZES DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM MARXISTA

Durante os anos de 2003-2010, o Brasil viveu sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente eleito do Partido dos Trabalhadores. Seu governo, que ficou conhecido por ter buscado uma coalizão dos interesses da burguesia – industrial, financeira e agrícola – e do movimento sindical popular, conseguiu configurar um “jogo de ganha-ganha” que é alvo de discussões até hoje.

Entre as diversas interpretações e explicações para o sucesso do governo Lula, Braga (2016) defende que este decorreu da combinação do momento econômico favorável com a consolidação de um “reformismo fraco”³. Isto é, a combinação do crescimento econômico com a desconcentração de renda daqueles que vivem do trabalho se tornou algo muito sedutor para o precariado⁴ brasileiro – especialmente se considerar o ambiente de crise internacional que predomina forte tendência ao aumento das desigualdades. De acordo com Marquetti *et al* (2016), de fato a vitória de Lula foi resultado da incapacidade das políticas econômicas baseadas no Consenso de Washington em produzir crescimento econômico e reduzir o desemprego.

Para Marquetti *et al* (2016), o que possibilitou a adoção de uma política de estímulo ao crescimento juntamente com redistribuição de renda foi a crescente demanda internacional por *commodities* e o ataque especulativo que as eleições resultaram naquele período. A desconcentração de renda resultante das políticas públicas redistributivas, juntamente com o crescimento econômico e a formalização do mercado de trabalho, garantiu a inserção da classe pobre que não tinha como poupar e transformava toda sua renda em consumo.

Do ponto de vista redistributivo, houve a consolidação de diversos programas de transferência de renda para a população de baixa renda no Bolsa Família. O salário mínimo, sob pressão das centrais sindicais, teve aumentos reais expressivos em 2004 e 2005. O aumento da formalização do mercado de trabalho e a ampliação das receitas fiscais oriundas do crescimento da produção e da renda no setor de *commodities* possibilitaram a ampliação dos programas de transferência de renda, em simultâneo à obtenção de superávits primários. (MARQUETTI, HOFF, MIEBACH, 2016, p. 7-8)

Entretanto, é importante lembrar que, dos 2,1 milhões de empregos formais criados todos os anos, 2 milhões remuneraram até 1,5 salário mínimo⁵. Dessa forma, esse ciclo de progresso material esbarra em um limite muito preciso: a dificuldade do mercado de trabalho brasileiro em gerar empregos mais qualificados que os facilmente encontrados – como no setor de construção civil e serviços pessoais, por exemplo. Além disso, é importante pontuar o aumento da rotatividade e de flexibilização do emprego, que tornaram as condições de trabalho mais precárias, com crescente número de acidentes de trabalho ao longo do país. Com isso, Braga (2016) conclui com certa clareza que

conforme a experiência política da classe trabalhadora brasileira com o atual modelo de desenvolvimento se aprofundou, mais problemático tornou-se o controle do movimento sindical sobre a inquietação das bases com os baixos salários, a deterioração das condições de trabalho e o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras. (BRAGA, 2016, p. 57)

³Expressão popularizada do cientista político André Singer.

⁴De acordo com Braga, o “precariado” origina-se do proletariado precarizado, grupo que integra a classe trabalhadora mais explorada e mal paga do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas; onde a precarização é vista como inevitável no processo de mercantilização do trabalho.

⁵(BRAGA, 2016, p.56).

Esse cenário de salários baixos e precarização do trabalho, em conjunto com a financeirização da economia – que resultou na segregação urbana das classes mais pobres e periféricas – gerou um cenário de descontentamento das classes mais baixas que, de acordo com Braga (2016), criou uma tensão entre a regulação política e a acumulação econômica, que pôs em xeque a hegemonia lulista.

O mercado de trabalho

Ao comparar o comportamento operário atual com o do fordismo clássico, é necessário considerar as mudanças que o perfil da classe trabalhadora brasileira passou, com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade – já que atualmente o diploma de ensino médio se tornou critério básico para entrar no mercado de trabalho. Também não se deve negligenciar os impactos que, de acordo com Braga (2016), a transformação do padrão de consumo mundializado causou sobre as diferentes posições sociais dos trabalhadores.

Na realidade, a soma do desmanche das formas de solidariedade fordista promovido pela empresa neoliberal com o avanço do padrão de consumo pós-fordista estimulado pela globalização econômica impulsionou um avanço sem precedentes da individualização do comportamento da classe trabalhadora no país. (BRAGA, 2016, p. 58)

Há pelo menos uma década a estrutura social brasileira não percebe ganhos reais de produtividade. A economia brasileira cresceu às custas da deterioração da indústria de transformação, que passou de 27,8% do PIB em 1988 para 14,5% do PIB em 2010. Para o autor esse novo padrão de consumo não é diferente: também não resulta em ganhos de produtividade proporcionados pelo desenvolvimento da indústria nacional, que é a única capaz de garantir ganhos reais; mas sim sobre as economias de escala garantidas por alguns setores econômicos estratégicos que empregam força de trabalho não qualificada – como mineração, agroindústria, petróleo e construção civil. Dessa forma, a base da pirâmide se alarga, mas remunera muito mal.

Em 2002, a eleição de Lula e a conquista do governo federal marcam o momento em que, teoricamente, o movimento trabalhista finalmente poderia retomar suas forças e enfrentar as empresas em prol dos benefícios dos trabalhadores. O observado foi diferente. Os dirigentes sindicais foram absorvidos pelo aparelho de Estado e pelos fundos de pensão⁶, e deixaram de representar os interesses dos trabalhadores consagrando suas posições como verdadeiros

⁶Aproximadamente metade das vagas dos cargos superiores de direção e assessoramento foram preenchidas por sindicalistas durante o governo Lula – cerca de 1.300 –; e posições estratégicas relativas aos fundos de pensões das empresas estatais – como Petrobrás e Furnas Centrais Elétricas – foram ocupadas por dirigentes sindicais, que passaram também a integrar o conselho administrativo do BNDES. Com isso, o sindicalismo brasileiro se elevou a condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no Brasil. Observa-se então um “aparente paradoxo de um início de mandato petista que, nitidamente subsumido ao domínio do capital financeiro, conservou o essencial da política econômica estruturada pelos tucanos [PSDB, partido do presidente anterior à Lula] em torno do regime de metas de inflação, do câmbio flutuante e do superávit primário nas contas públicas.” (BIANCHI; BRAGA, 2011).

administradores do investimento capitalista brasileiro, atendendo interesses particulares de uma burocracia sindical – que rapidamente se transformou em uma nova burguesia de Estado.

De acordo com Braga (2016), a reprodução das condições estruturais da produção do trabalho barato é um traço característico do regime de acumulação brasileiro. Por esse motivo, o “tardo capitalismo periférico” não pode dispensar os altos níveis de informalidade e precarização, pois asseguram a sub-remuneração da mercadoria força de trabalho. Para então garantir as condições mínimas de sua própria reprodução, o precariado se vê obrigado a se mobilizar politicamente, mesmo que para isso precise se rebelar dos sindicatos.

Por ser uma relação histórica, evidentemente, a práxis política do precariado do período fordista não é a mesma que a atual. Tanto demandas quando sujeitos políticos diferem nitidamente. No entanto, o Brasil é um país com certas características estruturais que nos levam a concluir que a formação, na década de 1950, daquele instinto de classe ainda pode ajudar a compreender a atual dinâmica dos conflitos laborais, em especial aqueles protagonizados a partir de 2011 pelo precariado industrial e dos serviços. (BRAGA, 2016, p. 59)

O biênio 2011-2012 não apresentou grandes alterações ao mercado de trabalho, que em geral continuou contratando até 2015 – mesmo que não com a mesma intensidade verificada durante década de 2000 –, e a tendência à desconcentração de renda na base da pirâmide não foi revertida. Isso,

além de alimentar uma sensação de que a crise econômica não era grave, essa conjuntura obliterou uma antiga lição da sociologia latino-americana: em países outrora colonizados e depois subdesenvolvidos, as modernas relações de produção capitalistas são dominadas pelo atraso, tendendo a reproduzir as bases materiais da produção massificada do trabalho barato e superexplorado. (BRAGA, 2016, p. 60)

Os anos 1990 foram difíceis para o movimento sindical brasileiro, especialmente ao analisar cenário de desemprego em massa que o país se encontrava e a promoção de um ciclo de reestruturação produtiva promovido pelas empresas que terceirizou, flexibilizou e precarizou o trabalho. Braga (2016) aponta os dois efeitos mais salientes sobre o movimento sindical: o recuo nas taxas de sindicalização e o “desmanche do militantismo de base em favor de um aumento do pragmatismo das cúpulas sindicais”. Isto, somado ao fato de que o atual ciclo de financeirização da economia – inaugurado nos anos 1990 – não somente promoveu a inserção da estrutura social brasileira na mundialização capitalista através de um modelo apoiado sobre elevadas taxas de juros, na interdependência operacional do Banco Central e na política de câmbio flutuante, mas também redefiniu as bases sociais do precariado do Brasil.

Se até meados dos anos 1990 a dinâmica nacional de criação de empregos concentrava-se na faixa de três a cinco salários mínimos, com a indústria respondendo por 40% das novas vagas, entre 1994 e 2008 a dinâmica do emprego deslocou-se para os serviços – 70% das vagas foram abertas nesse setor. Assim, aquela massa de 6 milhões de trabalhadores desempregados formada entre 1994 e 2002 foi absorvida por ocupações serviços sub-remuneradas (até 1,5 salário mínimo). Isso fez com que a parcela dos ocupados nessa faixa salarial alcançasse 60% de todos os postos de trabalho no país. (BRAGA, 2016, p. 61)

Se, por um lado, é possível identificar a redução do processo de precarização ocupacional, devido ao aumento da formalização do trabalho; por outro verifica-se que com ele veio a ampliação das terceirizações, que tirou alguns direitos sociais dos trabalhadores e precarizou os contratos sociais e salários. Conforme esse modelo se aprofundava, mais difícil era controlar a insatisfação das classes de salários mais baixos, pois a deterioração das condições de trabalho e o aumento do endividamento das famílias estava tornando a situação insustentável.

Desde 2008, por mais que os líderes sindicalistas lulistas não quisessem encabeçar movimentos que atingissem o governo federal, o ambiente tornou impossível conter a organização dos trabalhadores, que estava insatisfeita com suas representações sindicais e não se conformava mais com propostas de políticas públicas. Os trabalhadores, então, promoveram greves e paralizações, rebelando-se das organizações sindicais tradicionais. Em 2013 houve uma onda de greves inéditas no país nos mais diversos setores: professores, funcionários públicos, metalúrgicos, operários da construção civil, motoristas e bancários; e foi observada uma considerável participação da esfera privada, que correspondeu a 54% do total.

TABELA 1 – Total de greves na esfera privada por setor no Brasil (2012-2013)

Setor	2012		2013		Taxa de crescimento	Varição da participação
	nº	%	nº	%	%	(p.p.)
Indústria	334	72	553	50	65,6	-22,0
Serviços	122	26,3	527	47,6	332	21,4
Comércio	5	1,1	16	1,4	220	0,4
Rural	3	0,6	7	0,6	133,3	0
Multisetorial	0	0	3	0,3	-	0,3
TOTAL	462	100	1.106	100	138,4	-

Fonte: Braga (2016). Fonte original: Dieese; Sistema de acompanhamento de greves (SAG-Dieese).

Nessa onda de greves, foi observada uma convergência espontânea entre a “luta política do precariado urbano” que se manifestou em defesa dos seus direitos sociais e a “luta econômica da classe trabalhadora mobilizada sindicalmente”, que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho; anunciando o fim do lulismo como forma de pacificação social. Além disso, Braga (2016) pontua ainda que as greves observadas em 2013 anunciavam mais uma limitação do modelo de crescimento, pois o caráter defensivo das greves – como demonstrado na tabela abaixo – explicita precarização que se expandia no mercado de trabalho.

TABELA 2 – Principais reivindicações das greves na esfera privada no Brasil (2012-2013)

Setor	2012		2013	
	nº	%	nº	%
Alimentação	184	39,7	418	37,8
Reajuste salarial	156	33,6	326	29,5
Pagamento de salários atrasados	94	20,3	287	25,9
PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados	157	33,8	232	21

Assistência médica	91	19,6	158	14,3
Condições de trabalho	37	8	104	9,4
TOTAL	464	100	1.106	100

Fonte: Braga (2016). Fonte original: Dieese; Sistema de acompanhamento de greves (SAG-Dieese). (A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves pois uma paralização pode ter diferentes motivações).

Os aumentos dos salários, conquistados através da luta de classes, entretanto, não ocorreram somente acima da inflação, mas também acima do aumento da produtividade. Isso apresentou uma limitação do modelo de desenvolvimento, uma vez que sua base consiste na criação de empregos no setor de serviços – onde os ganhos de produtividade são limitados, devido a dificuldade de se produzir ganhos de escala. O aumento dos salários acima do aumento da produtividade, por sua vez, resulta na redução da taxa de lucro dos empresários devido à queda da rentabilidade por unidade produzida⁷. Juntamente a isso, de acordo com Braga (2016), se seguiu um endurecimento nas condições de consumo da força de trabalho por conta do crescimento das taxas de rotatividade e terceirizações do trabalho do país. Com isso, uma importante parte do que foi conquistado em termos de rendimentos de trabalho com o aumento da formalização e a valorização do salário mínimo foi perdida com a alta rotatividade do emprego.⁸

Portanto, o aumento da formalidade não passou de uma falsa percepção de que a proteção do trabalhador estaria aumentando. Na verdade, Braga (2016) verificou uma nova onda de mercantilização do trabalho, que se enraizava na base do modelo de desenvolvimento brasileiro. O novo ciclo de empregos formais se moldou de tal forma a reproduzir quase as mesmas inseguranças sociais que o emprego informal gerava. Com isso, Braga (2016) sintetiza a era Lula com o binômio “formalização e precarização”, já que mesmo com o boom de empregos formais gerados entre 2004-2008, os trabalhadores continuaram na situação de violência e insegurança característica do modo de vida de trabalhadores precários.

Assim, para o autor o núcleo do problema se encontra na relação histórica de dominação que existe entre o explorado e o explorador. O emprego irregular⁹ – seja em forma de corporativas,

⁷Isso ocorre pois, na ótica do empresário, aumento dos salários aumenta o custo marginal, que ao crescer mais rápido que os preços, reduz a receita marginal; diminuindo a rentabilidade por unidade produzida.

⁸É importante destacar que a deterioração das condições de trabalho verificada nos anos 2000 tornou-se mais saliente porque a maioria das vagas foi preenchida por jovens, mulheres e não brancos, que são historicamente os grupos mais suscetíveis às flutuações cíclicas do mercado de trabalho.

⁹Sobre a relação trabalho formal-informal, o autor faz uma interessante observação, o lícito-ilícito acaba se tornando inerente ao modo de vida do precariado urbano. “Muitas vezes, a intimidade entre o lícito e ilícito aparece menos sob a forma de polaridade do que de combinações sempre conflituosas entre mundos diferentes, porém interdependentes. Por vezes, no interior de uma mesma família, encontramos filhos “trabalhadores” e filhos “bandidos” cujas atividades complementam-se tanto no plano moral quanto no plano material. A tensão valorativa que a presença do ilícito cria no interior da família, no entanto, tende a ser mitigada com o passar do tempo pela negociação de uma série de pequenos armistícios cotidianos capazes de reproduzir certo equilíbrio de forças entre os mundos do trabalho e do crime. Trata-se de um expediente que deriva da impossibilidade de a família reproduzir-se recorrendo exclusivamente aos rendimentos do trabalho, ainda que formal. Antes de tudo, a porosidade entre o lícito e ilícito é uma estratégia de sobrevivência nas periferias.” (BRAGA, 2016, p. 76-77).

terceirizações¹⁰ ou contratos comerciais – se tornou parte indispensável do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado.

2.2- A financeirização da economia brasileira

Em 2011, quando a economia brasileira começou a apresentar um ritmo de desaceleração, o governo criou um conjunto de medidas – posteriormente chamado de “Nova Matriz Macroeconômica” –, visando retomar trajetória de crescimento que estava sendo perdida. Entre as medidas, para Marquetti *et al* (2016) destacava-se “a forte ampliação das desonerações fiscais e a concessão de subsídios; a utilização dos bancos públicos para forçar uma redução do spread bancário e da taxa de juros ao tomador final o crescimento”. Além disso, o modelo propunha medidas setoriais para reduzir os custos, “como a revisão das concessões de energia elétrica; as desonerações da folha de pagamentos; e a oferta de juros subsidiados através do BNDES para o investimento em máquinas, equipamentos e construção residencial” (MARQUETTI, HOFF, MIEBACH, 2016, p. 13).

Nesse incentivo aos investimentos em construção residencial, Braga (2016) observa um aprofundamento do *apartheid* social, que dominou a paisagem urbana do país. Para o autor, isso ocorreu devido ao programa Minha Casa Minha Vida, que tinha como proposta possibilitar, a partir de subsídios do governo, a aquisição da casa própria para as classes mais pobres. Entretanto, esse aumento de liquidez do crédito público resultou em um aumento da especulação imobiliária. Com isso as construtoras passaram a tratar as terras urbanas como ativos financeiros: compravam terrenos nas piores localidades e menores preços na esperança da valorização. Os megaempreendimentos foram, então, inseridos nas piores localidades da cidade, acentuando a segregação espacial existente entre ricos e pobres.

Essa financeirização do espaço urbano impulsionou o processo de precarização das condições de reprodução das classes subalternas, mostrando que, mesmo em seu auge – segundo governo Lula – o modelo de desenvolvimento brasileiro já apresentava limites muito objetivos no tocante à mobilidade social do proletariado precarizado, revelando aspectos centrais de seu esgotamento.

Até 2014 a hegemonia lulista alcançou um notável sucesso em reproduzir tanto o “consentimento passivo” das massas quanto o “consentimento ativo” das direções¹¹. Durante esse

¹⁰Em relação as terceirizações, é importante salientar que seu aumento não apenas desapossou o trabalhador de alguns de seus direitos trabalhistas e benefícios acentuando a mercantilização do trabalho, mas também contribuiu diretamente para o aumento da jornada de trabalho, que comprimiu os salários e elevou a rotatividade. De acordo com Braga, esse contexto é imprescindível ao avaliar o trabalho formal subalterno, já que trabalhadores terceirizados tem uma taxa de rotatividade 53,5% superior em relação aos trabalhadores diretamente contratados e recebem 24,7% a menos em uma jornada semanal maior em 7,5 horas. “Da informalidade à terceirização: em larga medida, a combinação entre formalização e precarização do trabalho característica da era Lula transformou o trabalho terceirizado na síntese dessa verdadeira nova precarização que se enraizou no regime de acumulação pós-fordista.” (BRAGA, 2016, p. 79).

ciclo de expansão da economia, entretanto, certas contradições sociais se acumularam, resultando a reviravolta de 2016 – que culminou no impedimento da presidente Dilma, no mês de agosto. Quando em ritmo de desaceleração, a média dos empregos criados que pagavam até 1,5 salário mínimo cresceu de 94% para 97,5%¹², que eram ocupados pelas classes historicamente mais vulneráveis no mercado de trabalho – mulheres, jovens e negros. Além disso, destaca-se o aumento da rotatividade e do número de acidentes e mortes no trabalho.

De acordo com Braga (2016), tais consequências não poderiam ser diferentes, pois além do modelo de regime de acumulação pós-fordista ter como principais motores os setores de construção civil, indústrias de construção, agroindústria e setor de serviços, o Brasil ainda não superou sua condição semiperiférica – a combinação de um grande número de empregos de baixa remuneração com um baixo índice de investimento em ciência e tecnologia. A soma desses acontecimentos resultou no maior ciclo de greves da história do país.

Houve, então, uma transição do modelo de desenvolvimento brasileiro do “esboço desenvolvimentista” para uma política austera desenhada quase que diretamente pelo setor financeiro, marcado pelo aprofundamento da crise econômica em conjunto com as políticas neoliberais do segundo governo de Dilma. Os cortes dos gastos federais elevaram o desemprego, atingindo tanto o precariado urbano quanto o proletariado organizado sindicalmente; tal acontecimento resultou no rompimento do proletariado precarizado com o lulismo, cujo apoio dependia da manutenção do emprego formal, mesmo que de baixa qualidade.

Em 2013, houve uma série de manifestações com objetivos difusos – inicialmente, revogavam o aumento das passagens de transporte público, que evoluiu para melhoras no serviço público como um todo, reivindicações dos gastos com a Copa do Mundo, corrupção e partidos políticos. Marquetti *et al* (2016) observa que nesse período houve protestos tanto dos setores de esquerda quanto de direita, cada um com seu objetivo. Devido à incapacidade do governo em apresentar medidas e propostas às questões levantadas na rua, a popularidade da presidente Dilma foi caindo em ritmo acelerado.

¹¹“Consentimento passivo” e “consentimento ativo” são conceitos de Gramsci; Braga caracteriza que o “consentimento passivo” das massas ocorre durante o período de expansão do ciclo econômico, pois garantiram modestas, mas efetivas concessões aos trabalhadores; “o *subproletariado semirural* [...] foi beneficiado pelo programa Bolsa Família, passando da extrema pobreza para a pobreza oficial. O *precariado urbano* deixou-se seduzir pelos aumentos do salário mínimo acima da inflação e pela formalização do mercado de trabalho com a criação de empregos. O *proletariado sindicalmente organizado* beneficiou-se do mercado de trabalho aquecido, alcançando negociações coletivas vantajosas tanto em termos salariais quanto em benefícios trabalhistas”. Já as bases para o “consentimento ativo” das direções, segundo o autor, foram criadas através da capacidade do projeto de governo petista de “combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais e de setores médios intelectualizados” (BRAGA, 2016, p. 87).

¹²(BRAGA, 2016, p. 89).

No meio do cenário de insatisfação da população e das denúncias de corrupção da Operação Lava Jato¹³ – que, para o autor, foi responsável pelo aprofundamento da imagem negativa da presidente – foi observada a possibilidade de tentar colocar em prática uma agenda neoliberal que priorize o grande capital financeiro. Para isso, era necessário o afastamento da presidente, que teve seu processo de impedimento concluído em agosto de 2016. De acordo com Marquetti *et al* (2016, p. 20-23), esse processo foi na realidade “um golpe político por parte da grande burguesia e setores conservadores da sociedade brasileira nas classes populares”, que “terá consequências importantes sobre a renda dos trabalhadores e a população brasileira de baixa renda”. Para o autor, “o conjunto de políticas a ser adotada pelo novo governo sinaliza o fim da experiência inclusiva no país” e marcam o início de uma nova etapa na trajetória socioeconômica do Brasil – onde as políticas elevam os ganhos financeiros em detrimento da parcela salarial.

O DESENVOLVIMENTO DA MAIOR RECESSÃO ECONÔMICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM KEYNESIANA

O período compreendido entre o segundo trimestre de 2014 até o quarto trimestre de 2016 configurou a última e maior recessão econômica da história do Brasil¹⁴. Apesar do país ter enfrentado alguns casos de contração de renda¹⁵ e episódios recessivos ao longo do século XX, nenhum apresentou tanto impacto de contração do PIB. Em 2014, o PIB real apresentou um singelo crescimento de 0,5%, seguido por contrações de 3,5% nos dois anos seguintes – a última vez que a economia brasileira apresentou dois anos seguidos de recessão do PIB real foi logo após a Crise de 29, no biênio 1930-1931.

Carneiro (2017) assume que a política econômica e sua operação são condicionadas por um contexto mais amplo, no qual além das relações de classes, existem também aspectos estruturais e cíclicos no âmbito econômico, formando um plano de fundo onde as decisões de política econômica são tomadas e produzem seus resultados; que acarretaram na crise que se instalou na economia brasileira após 2015.

Conforme o autor, é necessário diferenciar o plano estrutural do plano doméstico. No primeiro, Carneiro (2017) observa uma crescente integração da economia brasileira a uma

¹³De acordo com Pinto (2017), “essa megaoperação é conduzida por segmentos da alta classe média – juízes, procuradores e delegados federais. Esta condução expôs as vísceras da relação entre o Estado e sua burocracia e parte do bloco no poder (frações de classe proprietárias de grandes corporações) do capitalismo brasileiro. Tais vínculos tem sido historicamente marcados por relações não republicanas envolvendo financiamento de campanha partidária, obras públicas e mudanças regulatórias em prol dos interesses capitalistas em suas relações com a cena política e o Estado.” (PINTO et. al, 2017, p. 5).

¹⁴De acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

¹⁵Rossi e Mello (2017) comparam quatro períodos de grandes crises da história brasileira a partir da contração de renda anual: a grande depressão, nos anos 1930; a crise da dívida, em 1980; o confisco da poupança do governo Collor, em 1989 e a crise atual; e verificam que em nenhuma delas a queda acumulada do PIB foi superior a 7% – exceto a atual, que em 2015 e 2016 apresentou dois anos de forte redução do PIB.

economia financeirizada nos países desenvolvidos desde os anos 90 e é marcada pela recorrência de bolhas de preços de ativos e pela gigantesca crise financeira de 2008. As políticas monetárias não convencionais adotadas pelos países centrais intensivaram os ciclos de liquidez, subjacentes às bolhas. Além disso, percebe-se no âmbito produtivo “a constituição de cadeias globais de valor com a fragmentação das etapas produtivas, originando uma intensificação da concorrência fundada na redução de preços, acentuada após a crise em razão do aparecimento de capacidade ociosa generalizada, mormente na China” (CARNEIRO, 2017, p. 1).

No plano doméstico, durante o período 2003-2010 a economia brasileira vivenciou um período de aceleração do crescimento, que foi inicialmente impulsionado pela alta no preço das *commodities*; e posteriormente pelo rápido crescimento do consumo e do investimento. Entretanto,

esse ciclo, embora peculiar por se acompanhar da melhoria da distribuição da renda, perdeu progressivamente dinamismo. Em parte, pela perda de velocidade da melhoria da distribuição fundada em mecanismos salariais, mas principalmente pelos limites ao endividamento das famílias. Ademais, os programas públicos de transferência de renda, muito relevantes para explicar a melhoria da distribuição, alcançaram um limite no quadro fiscal prevaente. O investimento, por sua vez, teve seu dinamismo atenuado pelo vazamento de parte da demanda de máquinas e equipamentos e insumos intermediários para o exterior, em razão da especialização regressiva. (CARNEIRO, 2017, p. 1)

De acordo com Carvalho (2018), devido os desequilíbrios externos e a falta de competitividade da indústria brasileira, diversos economistas passaram a propor uma mudança de modelo econômico, substituindo o estímulo ao mercado interno por meio dos pilares já existentes por um modelo de crescimento voltado às exportações e centrado no desenvolvimento industrial. A nova proposta apresentada para impulsionar novamente o crescimento econômico foi chamada de “Nova Matriz Macroeconômica”, e combinava duas medidas principais: desvalorizar o real, que estava demasiadamente valorizado; e reduzir a taxa de juros.

Como a alta dos juros é um dos fatores responsáveis pela apreciação do real, sua redução por si só já resultaria na desvalorização da moeda. Para Carvalho (2018), o problema das medidas reside no método de controle da inflação, que necessita do dólar baixo.

Nesse contexto, a defesa da redução de juros e da desvalorização do real veio associada à defesa de um ajuste fiscal que ajudasse a controlar a demanda doméstica e os preços. Em outras palavras, a mudança envolveria substituir uma política fiscal expansionista (crescimento dos gastos e investimentos públicos) e uma política monetária contracionista (juros altos) por uma política fiscal contracionista (cortes de gastos e investimentos públicos) e uma política monetária mais frouxa (juros mais baixos), que facilitasse a desvalorização da moeda. (CARVALHO, 2018, p. 56)

Na teoria, a adoção de tais políticas possibilitaria um melhor aproveitamento do mercado externo e dos investimentos, pois a desvalorização do real resultaria em um barateamento dos produtos nacionais, que por sua vez desestimularia a importação e impulsionaria a exportação, incentivando novos investimentos privados. No entanto, isso não foi o verificado. Como a exportação brasileira se concentra principalmente em produtos cuja demanda é pouco elástica em

relação ao preço, as exportações brasileiras são relativamente insensíveis a variações na taxa de câmbio. A desvalorização do real, então, não chegou a ser grande o suficiente para apresentar efeitos sobre o desempenho do setor exportador brasileiro e sobre o crescimento industrial. De acordo com Rossi e Mello,

após as eleições de 2014 ocorre uma inflexão na política cambial, quando a nova equipe econômica sinaliza ao mercado o fim do programa de leilões de *swaps* e uma política cambial menos atuante. A moeda brasileira já vinha se desvalorizando no segundo semestre de 2014, tendência que se reforça com a nova postura de política cambial. Em janeiro de 2014 a taxa de câmbio média foi de 2,63 R\$/US\$, enquanto no mesmo mês de 2015 a taxa média foi de 4,05 R\$/US\$, o que representou uma desvalorização de mais de 50% do real em relação ao dólar. Essa rápida mudança na taxa de câmbio tem impacto nas estruturas de custos e patrimonial das empresas, contribui para o aumento da taxa de inflação e com isso para a redução dos salários reais, impactando negativamente o consumo, além disso, no curto prazo essa mudança encarece a cesta de produtos que compõe o investimento. (ROSSI, MELLO, 2017, p. 3)

Carvalho (2018) afirma que, “para desenvolver setores novos com bom desempenho exportador, a desvalorização do real teria de ser muito maior e duradoura”. Entretanto, a autora também destaca que o principal problema disso é que as “desvalorizações da taxa de câmbio produzem queda dos salários reais, ou seja, reduzem o poder de compra dos trabalhadores no curto prazo” e, para se conseguir alcançar o nível de competitividade que as exportações de bens manufaturados asiáticas têm, seria necessário uma redução de salários “incompatível com o regime democrático”. Um aumento no dólar possibilita o reajuste dos preços pelas empresas que enfrentam competidores estrangeiros; ou seja, enquanto os trabalhadores perdem em termos de salário real, os empresários aumentam suas margens de lucro. Os defensores da estratégia argumentam que, no longo prazo, a produtividade do trabalho crescerá de forma acelerada, devido ao “desenvolvimento de setores de maior sofisticação” que, futuramente, possibilitaria a retomada do crescimento dos salários (CARVALHO, 2018, p. 62). Entretanto,

o fato é que não chegamos nem perto disso. Como se não bastasse, o período coincide com a fase mais profunda da crise dos países da periferia europeia, que teve consequências nefastas para o comércio mundial. Voltar-se para o mercado externo em meio a esse contexto revelou-se uma escolha ruim. As exportações, que haviam crescido 11,7% em termos reais cresceram apenas 4,8% em 2011 e 0,3% em 2012. (CARVALHO, 2018, p. 62)

De acordo com Carneiro (2017), o cenário internacional não estava tranquilo desde 2010, e até meados de 2012 assiste-se o agravamento da crise do euro. Entretanto, é em junho de 2013 que acontece um evento conjuntural desfavorável para Brasil: o início da reversão da política monetária expansionista nos Estados Unidos. Esse anúncio não só dificultou o êxito do novo modelo de crescimento brasileiro, mas também resultou sérios distúrbios nos mercados globais, monetários, cambiais e de ativos, além de deteriorar as expectativas. Contudo, mesmo em meio de uma conjuntura externa desfavorável, o autor ressalta o peso relevante que as razões internas tiveram no insucesso do ensaio desenvolvimentista:

Há elementos de concepção e gestão das próprias políticas que aparecem como fatores negativos, tais como: a inconstância da política macroeconômica, a perda de seletividade do BNDES, o represamento de preços da Petrobras, a lentidão do programa de logística, as excessivas desonerações, tudo isso num contexto mais amplo de insuficiente capacidade de negociação com os variados agentes privados. Por outro lado, iniciativas muito positivas para estimular o investimento e sua diversificação, como a desvalorização da moeda e a redução das taxas de juros, terminaram por encontrar forte oposição nos próprios setores produtivos os quais visavam apoiar. (CARNEIRO, 2017, p. 2-3)

Para o autor, os elementos destacados acima evidenciam variados fatores para o insucesso do projeto. Em primeiro lugar, tornou a economia brasileira muito mais dependente da trajetória internacional, devido à sua abertura produtiva e financeira. No plano doméstico, os setores empresariais ligados à produção se mostraram muito mais internacionalizados e financeirizados do que se imaginava. Do ponto de vista conjuntural, a crise de 2008 e seus desdobramentos se destacam, mas sobretudo fica evidente a exacerbação dos ciclos de liquidez, que originam as bolhas e o aumento da capacidade ociosa, que limita o investimento. Mesmo com seus acertos, a política econômica tinha poucas chances de dar certo num cenário como esse.

Segundo Carvalho (2018), existem três razões principais para o fracasso do controle da taxa de juros:

Primeiro, a redução da Selic iniciada em 2011 foi aparentemente demasiado rápida e brusca. (...). Segundo, o país não se preparou bem para enfrentar a volatilidade nos fluxos especulativos de capitais, que (...) ajudaram a colocar em xeque a estabilidade do real e contribuíram para a elevação dos juros (...). Terceiro, o que permitia o controle da inflação no contexto de forte crescimento de salários que marcou os anos do Milagrinho [2006-2010] era justamente a forte entrada de capitais e a sobreapreciação do real. (...). O que o governo fez foi tentar compensar a perda desse canal de controle da inflação com um ajuste fiscal, que ajudou a conter a atividade econômica. (CARVALHO, 2018, p. 64)

Conforme Singer (2015, p. 64), “depois de início exuberante, o desenvolvimentismo foi contido pelo aumento dos juros, a partir de abril de 2013, e passou à defensiva”. Dessa forma, o ajuste fiscal realizado no primeiro ano de governo de Dilma atuou como um freio de mão para a economia. Carvalho (2018) observa ainda que os investimentos do governo central, um dos principais motores de crescimento do período anterior, sofreram uma queda de 19,6% em 2011.

De acordo com Rossi e Mello (2017), a queda na taxa de investimento vivenciada no Brasil – que já apresentava resultados negativos no segundo semestre de 2014 – pode ser explicada pelas falhas na condução da política econômica, por fatores políticos¹⁶, fatores internacionais¹⁷ e fatores institucionais ou jurídicos¹⁸; e foi a grande responsável por puxar o ciclo de desaceleração que o Brasil enfrentou entre o terceiro trimestre de 2013 e o último de 2014. Só no orçamento de investimento das Estatais Federais, a queda verificada foi de R\$ 113 bilhões em 2013 para 56,5 bilhões em 2016.

¹⁶Decorrentes das manifestações de 2013 e do ambiente incerto das eleições de 2014.

¹⁷Devido a queda do preço das *commodities* e a perspectiva do *tapering* – reversão da política monetária ao nível padrão após o afrouxamento causado pela política de *quantitative easing* (uma política de flexibilização monetária) – nos EUA.

¹⁸Decorrente, principalmente, da operação Lava-Jato, que afetou estratégicos setores da economia brasileira (petróleo e gás, construção civil, indústria naval).

Apesar do seu papel central como motor de crescimento da economia no curto e no longo prazo, os investimentos costumam ser a variável de ajuste por excelência em situações de consolidação fiscal. São várias as justificativas para cortes desproporcionais nessa rubrica em episódios de ajuste fiscal. Primeiro, há maior rigidez legal em outros componentes do gasto. Os gastos com saúde e educação, por exemplo, devem satisfazer um piso mínimo. As despesas previdenciárias também são obrigatórias. Segundo, há um foco excessivo dos governos no curto prazo, de modo que os retornos de longo prazo desses investimentos seriam negligenciados. (CARVALHO, 2018, p. 82)

Ao comparar o crescimento médio anual de todos os investimentos do setor público nos períodos 2006-2010 e 2010-2014, verifica-se que, no primeiro, há uma expansão de 17% ao ano, ante uma queda de 1% ao ano no segundo período. De acordo com Carvalho,

a inflexão na trajetória dos investimentos públicos a partir de 2011 não tem uma explicação única. Uma das interpretações é de que houve uma reorientação da estratégia governamental, que passou a apostar mais nos incentivos do setor privado e menos no investimento público direto. Além das desonerações tributárias, do crédito subsidiado via BNDES e dos subsídios associados ao programa Minha Casa Minha Vida, destaca-se o papel das concessões na área de infraestrutura. Estas envolvem a transferência temporária para a iniciativa privada de serviços que atendem o público. (CARVALHO, 2018, p. 83)

Para Carvalho, esse “abandono dos investimentos públicos como pilar de crescimento a partir de 2011 introduziu uma objeção adicional (...) à política econômica do governo Dilma Rousseff”, afinal, “difícilmente se atribui a alcunha de ‘desenvolvimentista’ a um modelo em que os investimentos públicos em infraestrutura não são protagonistas.” (CARVALHO, 2018, p. 85).

As medidas de ajuste divulgadas entre o fim de 2014 e o início de 2015 incluíam uma redução de 58 bilhões de reais nos gastos com o PAC; uma economia de 18 bilhões pela alteração das regras para recebimento de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio doença; uma receita adicional de 12,2 bilhões pelo aumento das alíquotas de PIS/Cofins e da Cide sobre combustíveis; uma arrecadação extra de 5,3 bilhões pela redução da desoneração da folha (aumento da alíquota de 1-2% para 2,5-4,5%) e de 5 bilhões pela volta do IPI para veículos, entre outras iniciativas de menor impacto arrecadatório. (CARVALHO, 2018, p. 97)

Para Carneiro (2017), a política macroeconômica ortodoxa e o agravamento da crise política têm um peso indiscutível na transformação de um problema de fluxos em um desequilíbrio de estoques. Os choques de juros e de câmbio e a deterioração do ambiente político resultaram uma recessão econômica sem paralelo histórico, com queda acumulada do PIB de 8% em 2015 e 2016. Carvalho (2018) também salienta a importância da crise política e dos impactos que a Operação Lava Jato teve sobre os setores de construção civil e petróleo e da queda do preço dos produtos exportados para que se entenda o trágico percurso da economia brasileira em 2015. Além disso, o Tesouro apontava uma trajetória dramática para a dívida pública no biênio, pois a dívida líquida aumenta em doze pontos percentuais do PIB, e a bruta, em vinte.

Com PIB e arrecadação menores, o déficit primário aumentou de 17 bilhões de reais em 2014 para 111 bilhões em 2015, apesar do corte de despesas. A dívida líquida do setor público, por sua vez, passou de 32,6% do PIB em dezembro de 2014 para 35,6% em dezembro de 2015. Já a dívida bruta saltou de 56,3 para 65,5% do PIB. (CARVALHO, 2018, p. 100)

Oreiro (2017) acredita que, na realidade, a economia brasileira perdeu seu ritmo de crescimento devido à expressiva queda da formação bruta de capital fixo (FBKF) que aconteceu a partir do segundo trimestre de 2014 – que ocorreu devido ao aumento da luta de classes, que conquistou aumentos salariais que passaram a ser reajustado acima da inflação. Essa conquista dos trabalhadores aumenta o custo marginal dos empresários, que veem seus lucros reduzindo.

Para Oreiro (2017), no geral, mudanças bruscas nos gastos de investimento são decorrentes de mudanças nas expectativas dos empresários a respeito da taxa de retorno do capital. Então, de acordo com Keynes, isso ocorre devido à incerteza inerente ao processo de decisão do investidor, que sempre se encontra no meio de uma extrema precariedade de informações sobre os indicadores que podem afetar sua taxa de retorno. Uma dessas convenções consiste em acreditar que, a não ser que exista uma razão concreta para se esperar uma mudança, a situação atual persistirá indefinidamente.

Oreiro (2017), assim como Carvalho (2018), também considera que a combinação da queda do preço do petróleo no mercado internacional com a Operação Lava Jato foram determinantes para a queda de investimento verificada em 2014¹⁹.

Entretanto, Rossi e Mello (2017) observam que, embora o investimento já apresentasse queda desde o final de 2013, não se pode afirmar que a recessão econômica se iniciou antes de 2015.

O conceito clássico de recessão (Shiskin, 1974) prevê um mínimo de dois trimestres consecutivos de queda do PIB (considerando trimestre contra trimestre imediatamente anterior) para se caracterizar tecnicamente um momento recessivo. Essa visão simplificada, que dá demasiada ênfase em uma única variável (o PIB), foi recentemente atualizada e enriquecida (Achuthan & Banerji, 2008) para abarcar também variações no emprego, na renda e no consumo das famílias. Seja no conceito clássico, seja no conceito mais atual, pode-se afirmar que a recessão brasileira tem início no primeiro trimestre de 2015, quando não apenas o PIB passa a registrar seguidas quedas, como também o consumo das famílias, o emprego e renda passam a cair de forma continuada, fatos não observáveis nos dados até o final do ano de 2014. (ROSSI, MELLO, 2017, p. 2)

Em 2014, mesmo que o investimento já estivesse em queda, o consumo das famílias continuava contribuindo positivamente para o crescimento. Entretanto, o choque recessivo de 2015 muda esse cenário, pois afeta o principal motor do crescimento econômico brasileiro: a renda e o consumo das famílias.

Entre 2002 e 2012, quarenta milhões de brasileiros ascendem das camadas mais baixas e são absorvidas pela baixa classe média, e tanto a média quanto a alta classe média se ampliaram em termos absolutos. Já em 2013 isso não foi verificado. Os obstáculos do ensaio desenvolvimentista proposto começaram a se expressar na desaceleração econômica, que provocaram importantes deslocamentos sociais. A mobilidade descendente atinge vários grupos, mas principalmente as

¹⁹Com isso, os investimentos da Petrobrás reduziram de 1,86% do PIB em 2013 para 1,41% em 2014.

classes de média e alta rendas, que são absorvidas na classe média baixa; os que já se encontravam nela, não foram muito atingidos, devido à melhoria das políticas sociais. Esse movimento resultou em uma mobilização das classes mais atingidas para criticar essas políticas e o papel do Estado, caracterizando um movimento de polarização social.

Ao contrário do que havia sido prometido, as medidas fiscais recessivas e o baixo crescimento projetado só contribuíram para fazer despencar a confiança dos investidores, que, depois de uma pequena recuperação no fim de 2014, caiu mais de 20% no primeiro semestre de 2015. Os investimentos privados também caíram 11,6% só no primeiro semestre e 13,9% no acumulado do ano. (CARVALHO, 2018, p. 100)

A resposta das medidas logo chegou ao mercado de trabalho: o desemprego apresentou uma elevação de 6,2% no final de 2014 para 9% no final do ano seguinte; como resultado desse aumento no número de desempregados resultou em uma queda de 2,7% no salário real dos trabalhadores. Ao analisar o comportamento do desemprego desde 1980, comprova-se que a crise atual apresenta o maior aumento da taxa de desemprego²⁰. Essa combinação, de aumento do desemprego com queda do salário dos trabalhadores pouco qualificados, foi a responsável pela rápida reversão da redução da desigualdade salarial conquistada nos anos 2000. Nesse cenário, o consumo das famílias reduziu 3,9% devido à redução salarial – primeiro ano a apresentar retração do consumo das famílias desde 2003, quando foi verificada redução de 0,5%. Segundo Rossi e Mello (2017), de 2014 para 2015 percebe-se uma relevante transformação do componente da demanda agregada. Em 2014, a variável que puxou a desaceleração foi o investimento, no ano seguinte, o consumo das famílias²¹ se torna a variável mais importante.

De acordo com Carvalho (2018), ao escolher a Previdência como a maior preocupação do governo em meio à maior crise econômica e política da história do país – e não o desemprego –, talvez faça Dilma ser a maior líder antipopulista da história do Brasil. Na tentativa de estabelecer uma agenda de retomada, o caminho tomado seria estímulo ao crédito para consumo e investimento através dos bancos públicos, já que a equipe econômica decidiu seguir com um viés liberal conservador, insistindo que não havia espaço fiscal para a retomada dos investimentos públicos. A autora defende que

tais medidas poderiam gerar algum resultado em setores específicos, mas certamente não teriam a capacidade de induzir uma retomada do consumo e do investimento no conjunto da economia. Afinal, em períodos de crise econômica e insegurança sobre o futuro, os agentes privados não desejam consumir e investir mais. Muitos têm seus rendimentos cada vez mais comprometidos pelo desemprego, pela inflação e pelo pagamento de juros e amortizações de dívidas contraídas no passado. Quando o setor privado está em processo de

²⁰Medida a partir da taxa média do ano base, comparando o período da crise da dívida (1980), o confisco da poupança (1989) e a crise atual (a partir de 2014).

²¹Símbolo padrão de crescimento do governo Lula, entre 2001 e 2010 apresentava um crescimento médio de 5,3% ao ano; no primeiro governo Dilma, o crescimento reduz para 3,5% – já apresentando sinais de desaceleração.

desalavancagem, é o Estado que deve voltar a investir, gerando empregos e renda. (CARVALHO, 2018, p. 103)

Além disso, a política recessiva atingiu também os preços administrados, que tiveram um reajuste brusco e cresceram 18,1% no ano de 2015²². Isso resultou uma aceleração na inflação, e como resposta o Banco Central elevou a taxa de juros básica da economia. Esse reajuste foi mais um elemento que colaborou com a redução da renda real das famílias – e conseqüentemente, seu nível de consumo – por ocorrerem em setores com formação de preços extremamente oligopolizadas e alto repasse de custos ao consumidor.

Oreiro (2017), por mais que considere a queda dos gastos com FBKF como estopim da recessão da economia brasileira, admite que tal fato não explica o agravamento da intensidade do quadro recessivo observado em 2015 e sua persistência em 2016. O autor também considera que o aumento de cerca de 50% no repasse das tarifas de energia elétrica²³ como uma tentativa de recuperar a rentabilidade das empresas distribuidoras de energia. Além disso, foi verificada uma forte desvalorização da taxa de câmbio nominal nos três primeiros meses de 2015²⁴, que gerou uma aceleração da inflação e resultou em uma forte queda da renda real do trabalhador²⁵. Para Oreiro (2017), essa queda da renda real por trabalhador é um fator importante que explica a intensa contração dos gastos de consumo das famílias que foi verificado a partir do primeiro trimestre de 2015.

Carneiro (2017) acredita que a crise provocou deterioração patrimonial em ambos os setores: tanto o privado quanto o público. No setor público, implicou o encurtamento do espaço fiscal, que resultou em uma redução também do raio de manobra da política econômica para enfrentar a crise; e precisará enfrentar não só o declínio dos fluxos de renda, mas também o aumento generalizado do endividamento. Diante disso, o autor propõe, se o setor externo permitir, duas medidas que julga necessárias para a reativação da economia: o refinanciamento das dívidas e a reativação do circuito gasto-renda.

Carneiro (2017), entretanto, salienta que apesar do modelo não alcançar seus objetivos, é errado afirmar que as intenções de viabilizá-los não foram reais. Da perspectiva dos grupos dominantes, o modelo excluía o capital financeiro e, como se tratava de reindustrializar o país e ampliar a infraestrutura, apoiava decididamente os industriais e as grandes construtoras. Pelo lado

²²As tarifas de energia elétrica (51%), o preço do botijão de gás (22,6%) e da gasolina (20,1%) foram os principais afetados.

²³As tarifas haviam sido reduzidas em 2013 como estratégia para manter a inflação dentro da meta.

²⁴A taxa de câmbio passou de uma média de R\$2,66 em janeiro para R\$3,20 em março. De acordo com Oreiro, D'Agostini (2016, *apud* Oreiro, 2017) entretanto, a política econômica não pode ser responsabilizada por tal desvalorização, pois foi um reflexo da queda acentuada dos termos de troca da economia brasileira, resultando em uma depreciação de 20,3% em apenas dois meses.

²⁵De acordo com Oreiro e D'Agostini (2016, *apud* Oreiro, 2017), a taxa de crescimento da renda real por trabalhador caiu, em comparação com o período anterior, de 0,7% no último trimestre de 2014 para -6,90% no segundo trimestre de 2015.

da população, reforçavam-se as novas classes médias e os trabalhadores com ampliação das políticas sociais, sem muita atenção à classe média tradicional. Observa-se também um maior protagonismo do Estado e suas burocracias na condução do crescimento por dois meios: os bancos públicos – especialmente o BNDES – e Petrobras, a principal agente da nova política industrial. Singer (2015, p. 64) defende que “o ensaio desenvolvimentista efetivamente representou mudanças importantes e foi, por sua vez, combatido por adversários poderosos em campanha intensa”.

De acordo com Saad-Filho e Morais (2018), apesar do neoliberalismo ter conseguido criar um ambiente favorável para acumulação de capital e concentração de poder, em países onde esse sistema de acumulação acontece junto com a queda de investimentos e do PIB – como o Brasil – com ele é acompanhado a deterioração do mercado de trabalho e a tendência a concentração de renda, além de frequentes crises financeiras; exatamente o que observamos no Brasil desde o final de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil se encontra numa crise econômica sem precedentes. Saad-Filho e Morais (2018) afirmam que os ganhos do PT evaporaram no decorrer dos anos de baixo crescimento econômico, e as sucessivas contrações da produção nacional reduziram a renda per capita para os valores verificados no início dos anos 2000; a taxa de desemprego voltou a aumentar, assim como o déficit fiscal e a dívida pública nacional.

Na frente política, a Constituição encontra-se em farrapos. A Presidente legítima foi impedida por uma aliança de privilegiados, e um grande número de líderes políticos envolvidos em escândalos de esquemas de corrupção inflados pela mídia. O judiciário foi desonesto. Congresso está desmoralizado, e o Executivo está desorganizado. A formulação de políticas se atolou, exceto quando se trata da imposição de uma forma altamente excludente do neoliberalismo.²⁶ (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 162, tradução da autora)

Para entender o que levou o país à maior crise política e econômica de sua história, Oreiro (2017) constata que no período que compreende os anos 2003 a 2006 a economia brasileira operava pouco abaixo de sua capacidade econômica de longo prazo. Após 2006, a flexibilização do tripé macroeconômico – a eliminação do sistema de metas declinantes de inflação, a redução da meta de superávit primário e a adoção da regra de valorização do salário mínimo – inverteu essa situação, a economia passou a operar acima de sua tendência a partir de 2007²⁷ e manteve um notável crescimento até 2010. Em 2011, o cenário começa a mudar e percebe-se uma desaceleração do

²⁶“On the political front, the Constitution lies in shreds. The legitimate President was impeached by a coalition of the privileged, and a large number of political leaders are implicated in an array of corruption scandals fuelled by the media. The judiciary has gone rogue. Congress is demoralised, and the Executive is disorganised. Policy-making has become bogged down, except where it concerns the imposition of a highly excluding form of neoliberalism.”

²⁷Com exceção de um breve período entre o final de 2008 e o início de 2009, durante a crise internacional.

ritmo de crescimento. No último trimestre de 2014 o PIB real já havia apresentado uma redução de 2,63%.²⁸

Ao analisarmos através de uma perspectiva keynesiana, podemos perceber a importância dos erros das políticas econômicas. Os desequilíbrios externos e a falta de competitividade da indústria brasileira resultaram num levante de propostas de mudança de modelo econômico. A “Nova Matriz Econômica”, ponto de discussão entre os economistas, teve como medidas principais a desvalorização do real e a redução da taxa de juros. Entretanto, esses ajustes, realizados no primeiro ano do primeiro governo Dilma, atuaram como freio de mão para economia. Em conjunto, o país vivenciava quedas da taxa de investimento – que já apresentavam resultados negativos no segundo semestre de 2014 –, que foi responsável por puxar o ciclo de desacelerações que o Brasil enfrentou. As denúncias da Operação Lava Jato e a queda do preço do petróleo no mercado internacional – que resultou na redução dos investimentos na maior estatal do país –, somadas ao abandono dos investimentos públicos – um dos pilares de crescimento da economia brasileira –, incorporavam mais objeções à política econômica do governo Dilma.

A queda da formação bruta de capital fixo também é considerada como um importante agravador, já que foi resultado da queda da taxa de lucro dos empresários por consequência da luta de classes, que conquistou reajustes salariais acima da inflação. Assim, mesmo que o investimento já tivesse em queda desde 2014 e a economia já apresentasse sinais de desaceleração, o consumo das famílias continuava contribuindo positivamente para o crescimento. Entretanto, o choque de 2015 afeta a renda e o consumo das famílias, o principal motor do crescimento econômico brasileiro. Houve forte aumento do desemprego, que resultou numa queda de 3,9% no consumo das famílias em 2015, devido à redução salarial. Essa combinação de aumento do desemprego com queda do salário dos trabalhadores pouco qualificados resultou numa rápida reversão da desigualdade salarial conquistada nos anos 2000.

Além disso, a escolha da Previdência como maior preocupação do governo no meio da maior crise econômica e política do país pode fazer Dilma a maior líder antipopulista da história do Brasil, por no meio de um período tão crítico para o trabalhador e as classes mais vulneráveis não priorizar medidas de combate ao desemprego. Isso, em conjunto com o brusco reajuste dos preços administrados por conta da política recessiva, acelerou a inflação, que elevou a taxa de juros básica da economia. Mais um elemento que resultou em impactos diretos nas famílias, especialmente periféricas e de baixa renda, que veem novamente sua renda e nível de consumo serem reduzidos.

Entretanto, para se ter uma profunda análise da raiz dessa crise, é necessário analisar o modelo de crescimento o país esteve desde que incorporou medidas desenvolvimentistas em sua agenda; e para isso, a corrente marxista realiza uma análise que compreende melhor essa totalidade.

²⁸Em comparação com o último trimestre de 2010, último ano de crescimento notável.

Num ambiente de crise internacional e predominante tendência ao aumento das desigualdades, Braga (2016) afirma que a combinação de um crescimento econômico com desconcentração de renda daqueles que vivem do trabalho foi algo muito sedutor para o precariado brasileiro. A grande demanda internacional por *commodities* e o ataque especulativo de 2002 – devido às eleições – possibilitou a adoção de uma política que estimulasse o crescimento e a redistribuição de renda, que juntamente com a formalização do mercado de trabalho garantiu a inclusão da classe pobre que transformava toda sua renda em consumo.

Entretanto, com a dificuldade do mercado de trabalho brasileiro em gerar empregos mais qualificados, a maioria resulta daqueles facilmente encontrados, como em construções civis e serviços pessoais. Entre esses 2,1 milhões de empregos formais criados todos os anos – que vieram junto com o aumento da rotatividade e da flexibilização do emprego, precarizando as condições de trabalho –, 2 milhões remuneravam apenas 1,5 salário mínimo. Dessa forma, a economia brasileira, que cresceu às custas da deterioração da indústria de transformação, não quebrou essa característica; o novo padrão de consumo também não resulta em ganhos de produtividade proporcionados pelo desenvolvimento da indústria nacional – única capaz de garantir ganhos reais –, mas sim sobre as economias de escalas garantidas por setores estratégicos que empregam força de trabalho não qualificada. Dessa maneira, a base da pirâmide aumenta, mas remunera muito mal – e, de acordo com Braga (2016), a reprodução das condições estruturais da produção do trabalho barato é um traço característico do regime de acumulação brasileiro.

Essa precarização do trabalho, em conjunto com a baixa remuneração geraram uma inquietação das classes com baixos salários. Essa inquietação não seria capaz de ser contida através de políticas públicas; os sindicalistas, mesmo contra vontade de seus líderes lulistas, se viram obrigados a promover greves e paralizações nos mais diversos setores: professores, funcionários públicos, metalúrgicos, motoristas, bancários, etc.; com protagonismo notável da esfera privada. Entre as conquistas da luta de classes, o reajuste do salário acima da inflação foi importante, pois foi uma medida de tentar diminuir o abismo existente entre os lucros obtidos pelos empresários e o recebido pela classe trabalhadora em troca de sua força de trabalho. A queda da taxa de lucro dos empresários resultou então no aumento da renda familiar.

Entretanto, junto com os aumentos do salário mínimo acima da inflação, seguiu-se um endurecimento nas condições de consumo da força de trabalho, devido ao aumento da taxa de rotatividade e terceirização do trabalho. Além disso, Braga (2016) verificou uma nova onda de mercantilização do trabalho, fazendo com que o aumento da formalidade não passasse de uma falsa percepção; o novo ciclo de empregos formais se moldou de forma a reproduzir quase as mesmas inseguranças sociais que o emprego informal gerava. Com isso, percebe-se que o núcleo do

problema se situa na relação histórica de dominação que existe entre o explorado e o explorador, típica no regime capitalista neoliberal.

O rompimento do proletariado com o lulismo aconteceu com a transição do modelo de desenvolvimento brasileiro para uma política austera desenhada quase que diretamente pelo setor financeiro, juntamente com os cortes dos gastos federais – responsáveis pela manutenção do emprego formal, mesmo que de baixa qualidade – que aumentaram o desemprego. A insatisfação popular – aqui, vale ressaltar que houve também mobilização da classe média, que pela primeira vez foi à rua protestar – levou a população a organizar uma série de manifestações com difusos objetivos; que configuraram uma boa oportunidade para se colocar em prática uma agenda neoliberal que priorize o capital financeiro. Para isso, foi necessário a retirada da presidente Dilma, que teve seu processo de impedimento concluído em agosto de 2016, juntamente com o fim do ciclo de governos de esquerda da maioria dos países da América do Sul; que, de acordo com Marquetti *et al* (2016), paradoxalmente possibilitou o retorno do neoliberalismo nesses países – acontecimento de certo modo esperado, já que, de acordo com Saad-Filho e Moraes, “em uma democracia neoliberal, a participação popular tende a ser limitada a escolher entre “tons” de neoliberalismo num mercado político esterilizado, policiado pela mídia de direita”.²⁹ (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 163, tradução da autora).

O retorno de uma agenda política que prioriza o grande capital financeiro, consolidado após o impedimento da presidente, já apresenta consequências assombrosas para classe trabalhadora e para população brasileira de baixa renda. O país experimenta então as consequências da adoção de uma agenda neoliberal: ascensão da grande burguesia, em detrimento da renda da população vulnerável e de baixa renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. **A financeirização da burocracia sindical no Brasil**. [S. l.], mai. 2011. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5816:submanchete120511&catid=25:politica&Itemid=47. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes, pp. 55-92. In: SINGER, André. e LOUREIRO, Isabel (orgs.) **As contradições do Lulismo: A que ponto chegamos?** Editora Boitempo, 2016.

CARNEIRO, Ricardo. A economia política do ensaio desenvolvimentista. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 61-66, mar. 2017. Disponível em:

²⁹“In a neoliberal democracy, popular participation tends to be limited to choosing between shades of neoliberalism in a sterilised political market, policed by the right-wing media”.

<http://anpocs.com/index.php/estudos-avancados/user-item/6615-revista-estudos-avancados/436-a-economia-politica-do-ensaio-desenvolvimentista>. Acesso em: 07 dez. 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. 1ª. ed. São Paulo: Todavia, 2018. 192 p.

MARQUETTI, Adalmir.; HOFF, Cecilia.; MIEBACH, Alessandro. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise brasileira. **Texto para Debate. Departamento de Economia, PUCRS**, out. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira. Acesso em: 07 dez. 2018.

MARX, Karl. Resultados do processo imediato de produção. Separata de: MARX, Karl. **O Capital, Livro 1**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. Capítulo sexto, p. 70-80. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-capitulo-vi-inedito.pdf/view>. Acesso em: 30 jan. 2019.

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 75-88, mar. 2017. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/estudos-avancados/user-item/6615-revista-estudos-avancados/434-a-grande-recessao-brasileira-diagnostico-e-uma-agenda-de-politica-economica>. Acesso em: 07 dez. 2018.

PINTO, Eduardo Costa et al. A guerra de todos contra todos: A crise brasileira. **Texto para Discussão. Instituto de economia UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 006, p. 1-41, fev. 2017. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0062017pinto-et-al.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.

ROSSI, Pedro.; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP**. Nota do Cecon, n.1, abril de 2017. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf. Acesso em: 07 dez. 2018.

RUGITSKY, Fernando. Milagre, miragem, antimilagre: A economia política dos governos Lula e as raízes da crise atual. **Revista Fevereiro**, [S.l.], n. 9, p. 1-8, abr. 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=03>. Acesso em: 07 dez. 2018.

SAAD-FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Revista do NIEP-Marx**, Niterói, v. 3, n. 4, p. 58-72, ago. 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/96>. Acesso em: 07 dez. 2018.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brazil**: Neoliberalism versus democracy, pp. 162-172. London: Pluto Press, 2018.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, [S.l.], v. 34, n. 2, p. 39-67, jul. 2015. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-102/>. Acesso em: 07 dez. 2018.